



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 5/2020/CONSUP/IFTO, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

1 Ata da terceira reunião ordinária de dois mil e vinte do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia treze
3 de agosto de dois mil e vinte, às nove horas, por videoconferência, reuniu-se, sob a
4 presidência do magnífico reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do IFTO,
5 composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um terço do número
6 de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de
7 cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço
8 do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes;
9 pela representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
10 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco
11 representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e
12 igual número de suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual
13 número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas
14 estatais designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; por um
15 representante e um suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria
16 de Educação Profissional e Tecnológica; e pela representação de um terço dos
17 diretores-gerais dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual
18 número de suplentes. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de
19 Dirigentes: Nayara Dias Pajeú Nascimento, primeira titular; Cristiano Fernandes
20 Mateus, segundo titular; Pietro Lopes Rêgo, terceiro titular; Mírian Peixoto Soares da
21 Silva, quarta titular; dos representantes dos servidores docentes: Klaus Rene Trein
22 Laino, primeiro titular; Jonierson de Araújo da Cruz, segundo titular; Stânio de Sousa
23 Vieira, terceiro titular; Thiago de Loiola Araújo e Silva, quarto titular; dos
24 representantes dos servidores técnico-administrativos: Francisco de Assis Feitosa
25 Amaral, primeiro titular; Fabrício Barbosa da Costa, segundo titular; Benemara
26 Pereira da Silva Peluzio, terceira titular; Lucas Ramos Vieira, quarto titular; dos
27 representantes dos discentes: Josevan Barbosa de Souza, primeiro titular; Luis Felipe
28 Cruz Leite, segundo titular; Jefferson Soares de Sousa, terceiro titular; Cleiber
29 Oliveira Pereira, quarto titular; Erika Rebeca Pereira Oliveira, primeira suplente; dos
30 representantes dos egressos: Miquéias Alves da Rocha César, primeiro titular;
31 Boanergis Alves Ferreira Filho, segundo titular; do representante do Sindicato dos
32 Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins – SINTRAS, Emmanuel da Silva
33 Bronze; do representante do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado
34 do Tocantins – SINDUSCON-TO, Clerson Dalvani Reis, titular; da representante da
35 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado
36 do Tocantins – FETAET, Ruth Caetano Cardoso; e da representante da Secretaria do
37 Conselho Superior, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. O presidente agradeceu a
38 presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Informou que
39 a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo canal do YouTube e pediu aos

40 conselheiros que, ao convidarem os membros da comunidade para acompanhar a
41 reunião, indicassem o canal oficial do IFTO no YouTube, e não a sala do Google. Na
42 sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto um**, a saber: aprovação da Ata nº
43 3/2020/CONSUP/IFTO, referente à segunda reunião ordinária de 2020 do Conselho
44 Superior (1015343). Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo
45 sido aprovado por unanimidade. Iniciou então o **ponto dois**: os informes gerais. O
46 presidente informou que naquela semana, em reunião com a Secretaria da
47 Agricultura, Pecuária e Aquicultura – Seagro, na presença do secretário e de outros
48 membros daquela pasta, foram retomadas as negociações e tratativas para o avanço
49 de projetos junto com a Secretaria. Afirmou que a reunião foi bastante produtiva,
50 que o secretário Tiago apresentou a visão da Seagro para o desenvolvimento na área
51 de pesquisa em todo o Estado, e que o IFTO se colocou como parceiro, além de
52 terem pré-agendado uma reunião em que ele apresentará toda a infraestrutura
53 institucional, as unidades, e o que o IFTO tem para oferecer nessa parceria.
54 Convidou toda a comunidade e os servidores que tenham interesse em desenvolver
55 ações em parceria com a Seagro para se organizarem manifestando aos seus
56 gestores locais, para organização de um portfólio de capacidade de serviços a serem
57 desenvolvidos pelo IFTO em parceria com Seagro. Informou que o secretário
58 manifestou interesse especial em investimentos em projetos na área da
59 fruticultura, especificamente a fruticultura do maracujá; frisou que servidores que
60 tenham *expertise* nessa área e desejarem avançar nesta ordem deviam fazer contato
61 com seus gestores locais para haver mediação com a Seagro. Informou que o IFTO
62 estava desenvolvendo o programa Novos Caminhos, que já estava na segunda fase
63 do programa, com mais de seis mil vagas ofertadas pelo IFTO e mais de dez mil
64 inscritos, ou seja, uma alta procura por esses cursos. Agradeceu a toda a
65 comunidade que atendeu ao chamado, apresentando propostas de
66 cursos, desenvolvendo a atividade e atendendo mais a sociedade neste momento de
67 dificuldades na pandemia. Lembrou que muitas pessoas estavam buscando se
68 qualificar para se prepararem para a retomada das suas posições no mercado de
69 trabalho. O conselheiro Luis Felipe fez alguns apontamentos do período de retorno
70 às aulas: disse que os estudantes perceberam uma grande falta de comunicação e
71 que sugeriu tanto aos estudantes como aos servidores a tentativa do aumento do
72 vínculo de comunicação para aumentar a articulação e fazer com que a instituição
73 realmente funcione. Declarou que na primeira semana de retorno às aulas, no dia 3
74 de agosto de 2020, os alunos estavam perdidos quanto aos acontecimentos, às
75 ações e às propostas que seriam executadas, enviando mensagens e
76 reclamações. Disse acreditar que essa não devia ser realidade do IFTO, visto que
77 possuía todas as ferramentas em todos os canais para fazer com que essa
78 comunicação e esse retorno à comunidade fossem feitos de forma precisa e
79 amplamente divulgados. Pediu às pró-reitorias e ao reitor maior
80 atenção à comunicação com a comunidade, pois, de acordo com Luis Felipe, a falta
81 de comunicação via institucional acaba se tornando propícia a um ambiente de
82 mensagens de terror psicológico que circulam entre os alunos. Afirmou que muitas
83 coisas podem acontecer devido à comunicação, e reafirmou o pedido de melhora
84 da comunicação com a comunidade, extremamente necessária nessa articulação
85 com todos os discentes. Ressaltou a dificuldade de comunicação com algumas
86 unidades e setores da Instituição bastante retraídos e fechados ao debate com os
87 alunos. Enfatizou a importância das Diretorias Sistêmicas apoiarem os alunos,
88 dando abertura e espaço aos estudantes para debates na Instituição. Disse que um
89 espaço democrático, aberto ao diálogo, faria com que a Instituição prosseguisse no
90 caminho e fosse reconhecida pelos seus feitos, e que não adiantaria ter todas as
91 ferramentas se não as utilizar corretamente, que " não adiantaria termos a estrutura

de uma Ferrari e o motor de um fusca". Pediu novamente a colaboração de todos em busca da melhoria da comunicação que ocorreu no retorno às atividades. O presidente agradeceu o retorno do conselheiro Luis Felipe e reconheceu que houve falha institucional no processo de comunicação, estando o conselheiro correto na sua colocação. Pediu desculpas a todos os estudantes e a toda a comunidade em geral por esse processo, e salientou a busca do melhor sempre (no que é cabível) para a Instituição, mas lembrou as restrições dadas no momento. Citou a importância de passar a toda a comunidade, em especial aos estudantes, a tranquilidade em relação ao que estava sendo desenvolvido. Citou a expectativa do retorno às atividades acadêmicas a partir do dia 3 de agosto de 2020, já esperado pela comunidade, e os encontros que as unidades fizeram, inclusive momentos da gestão com os estudantes e todos os servidores para apresentar o que cada unidade estava desenvolvendo e planejando para esse retorno. Ressaltou que naquele momento era complicado passar algo do modo geral, porque esses planejamentos foram específicos de cada comunidade, e como bem colocado pelo conselheiro Luis Felipe, faltou uma comunicação geral por parte da Reitoria até para reforçar que essa seria a metodologia de trabalho. O presidente admitiu mais uma vez a falha no processo, pediu desculpas e se comprometeu a cada vez mais melhorar o procedimento. O conselheiro Flávio Eliziário de Souza, também diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, discursou sobre os projetos desenvolvidos no *campus*, mesmo no momento muito difícil para toda a comunidade acadêmica em que todos estão passando por dificuldades. Reforçou o desenvolvimento do programa Novos Caminhos, citando a participação emblemática do *campus* e o esforço grande de todos na unidade. Aproveitou a oportunidade para parabenizar a equipe da Pró-Reitoria de Extensão e todos os servidores do *Campus* Paraíso do Tocantins e demais servidores do IFTO envolvidos no projeto pelo empenho. Colaborando com a fala do conselheiro Luis Felipe e a preocupação também colocada pelo presidente, Flávio informou que uma reunião foi realizada diretamente com os estudantes no *campus* para tratar do assunto. Ressaltou o *feedback* positivo recebido dos estudantes na reunião, e declarou o seu contentamento com a reafirmação dos próprios estudantes em relação à questão do estudo presencial, da falta e da saudade da rotina de estudo no *campus*, além dos agradecimentos dos pais pelas reuniões e pelo apoio da equipe pedagógica e dos coordenadores. Informou sobre a retransmissão da reunião, que foi gravada, e os esforços para minimizar as falhas de comunicação identificadas. Informou que a comunicação também foi realizada via WhatsApp diretamente com os professores, fora até mesmo do horário de aula para não deixar os estudantes sem comunicação. Citou o desenvolvimento de outras atividades como, por exemplo, a academia de futebol e a produção do álcool em gel em que toda a infraestrutura do *campus* e o atendimento ficaram à disposição das comunidades (interna e externa). Salientou que no Brasil tínhamos ultrapassamos a marca de 100.000 mortes pela Covid-19, doença que de fato marcou o século e propôs um minuto de silêncio em lembrança a esses mais de 100 mil brasileiros(as) que faleceram no contexto da tragédia. O conselheiro Thiago fez a leitura do manifesto dos alunos do curso de Engenharia Agrônômica do Campus Araguatins a pedido dos próprios alunos, justificando que aquele era um momento oportuno para sensibilizar os conselheiros com a situação do *campus*. O presidente agradeceu a Thiago pela leitura do manifesto e, conforme proposição extremamente pertinente do conselheiro Flávio, passou-se ao minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas da Covid-19 no nosso país e no mundo. O presidente relembrou aos conselheiros o tempo máximo de argumentação estabelecido em reuniões anteriores, de cinco minutos, com o intuito de evitar reuniões extremamente

144 cansativas para toda a comunidade que acompanha a reunião do Conselho e
145 também para os próprios conselheiros. Propôs que o tempo máximo de fala fosse
146 limitado a esses cinco minutos por conselheiro em cada ponto de pauta. Os
147 conselheiros deliberaram sobre as propostas de três e cinco minutos, tendo sido
148 aprovado o tempo máximo de três minutos para argumentação para cada ponto de
149 pauta. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto três**, a saber: deliberação
150 acerca do Plano de Contingência do Instituto Federal de Educação, Ciência e
151 Tecnologia do Tocantins para o retorno às atividades pós-pandemia Covid-
152 19, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações
153 sob o nº 23235.011603/2020-31. Antonio lembrou que os conselheiros haviam
154 recebido o documento produzido pelo Comitê de Riscos e que alguns colegas do
155 Comitê que conduziram a construção do documento estavam presentes para fazer
156 uma explanação aos conselheiros dos objetivos e como foi concebida essa
157 documentação. Passou a palavra ao engenheiro de Segurança do Trabalho Luiz
158 Adriano, que presidiu a construção do documento. Luiz Adriano aproveitou a
159 oportunidade para pedir desculpas ao grupo por não ter conseguido participar da
160 última reunião em que o documento fora apresentado. Informou que o documento
161 foi pensado dentro daquela situação no comitê de trabalho através da juntada de
162 vários documentos e bastante leitura a respeito. Salientou que a situação estava
163 sendo enfrentada por várias instituições, e que a preocupação de como o retorno se
164 daria era geral. Informou que o documento foi montado com o objetivo de auxiliar o
165 Instituto no retorno às atividades da forma mais segura possível, garantindo a saúde
166 de toda a comunidade, não só da comunidade acadêmica, mas de todos que têm
167 algum movimento dentro desse contexto. Salientou que a Instituição tem diversas
168 especificidades e diferenças entre os *campi* e, por isso, optaram por fazer uma
169 subdivisão em ambientes de trabalho, ambientes administrativos, ambientes de
170 ensino e ambientes comuns de uso de todos os envolvidos. Informou
171 que colocaram, para facilitar essa identificação, visto que as medidas e as
172 necessidades podem ser diferentes nesses ambientes, a sugestão de identificação
173 desses espaços em diferentes cores (azul, alaranjado e verde), justamente para
174 facilitar o acesso nos corredores. Salientou a série de medidas a serem adotadas por
175 cada pessoa e a importância do compromisso em assumir esse comportamento no
176 sentido de contribuição geral. Disse que essas situações foram pensadas para
177 facilitar, e frisou a dificuldade que as questões específicas de cada *campus* e de cada
178 ambiente ocasionam. Declarou ainda que as medidas que foram colocadas são
179 norteadoras, amplas e abrangentes nesse sentido para promover uma melhor
180 desenvoltura na proteção das pessoas. Acentuou que o agente enfrentado é um
181 agente que não vemos, não temos muito conhecimento, é perigoso, e que por isso
182 são necessários todos os cuidados possíveis. Enfatizou mais uma vez o objetivo do
183 documento em facilitar o entendimento e colocou a Comissão disponível para apoio
184 aos *campi* com suas necessidades específicas, garantindo participação, ajuda,
185 orientação e auxílio na gestão dessas medidas específicas, justificando que,
186 no momento da elaboração do documento, não havia sido possível abarcar todas
187 essas questões, mas que ainda assim o documento ficou extenso e complexo, mas
188 com uma dinâmica interessante, envolvendo todos os possíveis ambientes. Advertiu
189 que, para os ambientes de ensino, abordaram especificamente aqueles que estão
190 mais diretamente ligados às aulas ,como sala de aula e laboratórios; explicou que
191 esses espaços com envolvimento direto no ensino tiveram ações mais direcionadas
192 na elaboração do documento. Agradeceu ao grupo de trabalho pela ajuda e
193 solicitude na construção do documento, e declarou que o trabalho foi muito
194 significativo para a Instituição. Milene, também membro do Comitê de Risco,
195 parabenizou o presidente da Comissão pela condução dos trabalhos na elaboração

196 do documento e complementou a fala de Luiz Adriano explicando a
197 todos que estamos vulneráveis a outras pandemias e que o documento é uma
198 preparação para que possamos nos educar com relação ao ambiente, frisou o apoio
199 esperado da comunidade acadêmica nessa transformação, e ressaltou que o
200 documento também norteia a questão de uma nova visão da socialização de cada
201 um, o cuidado e os parâmetros de higiene que se tem que ter. Milene relatou que o
202 grupo de trabalho deu muito prazer devido às vivências de cada um, as
203 quais contribuíram com o documento. O conselheiro Cleber fez um adendo e
204 solicitou a inserção no Plano de Contingência da obrigação de as Diretorias dos
205 *campi* realizarem um mapa das salas de aulas e dos laboratórios, inserindo nestes
206 mapas a posição dos alunos, para que o respeito ao distanciamento, de
207 dois metros, não ficasse a cargo do professor. O conselheiro Cristiano parabenizou a
208 equipe pelo trabalho realizado para garantir a segurança de toda a comunidade
209 interna e a externa, disse que a promoção do documento será muito importante
210 pois garantirá segurança para as atividades essenciais que estavam sendo
211 desenvolvidas na forma presencial, oportunizando à comunidade essa segurança. O
212 conselheiro Thiago parabenizou o grupo de trabalho pelo projeto, ideias e
213 organização, disse que a construção do documento gerava tranquilidade para o
214 momento do retorno às aulas presenciais, trazendo segurança e higienização
215 no desenvolvimento dos trabalhos. Fez um adendo em relação às possibilidades de
216 alterações, apesar de entender as particularidade dos *campi*, e que o *Campus*
217 Araguatins está muito longe da região central. Questionou se durante a construção
218 do projeto houve conversas com os órgãos de saúde. Perguntou também se
219 consideraram no Plano, diante de uma necessidade de atendimento ou problema de
220 saúde, que pacientes (servidores e alunos) poderiam ser encaminhados para as
221 enfermarias dos *campi* (caso tenham), se dentro do Plano foi
222 elaborada uma logística de encaminhamentos. Luiz respondeu aos questionamentos
223 do conselheiro explicando que os contatos não foram especificamente desdobrados
224 com as Secretarias dada a situação vivenciada, e disse ainda que o Plano
225 fora elaborado com as funções intramuros, com sugestões de medidas para serem
226 tomadas intramuros em um primeiro momento. Disse que o Plano aborda
227 especificamente essa área da saúde e que, inclusive, sugere uma sala de isolamento
228 para que medidas e todos os cuidados de assepsia e limpeza possam ser tomados no
229 caso de contato com essas pessoas. Frisou que o Plano tem tanto ações sugeridas
230 para assintomáticos como para sintomáticos, e lembrou que, sendo assintomático,
231 automaticamente, a primeira atitude é o afastamento para melhor eficiência do
232 Plano. Disse que o IFTO não é uma unidade específica de saúde, sendo seu ramo de
233 atividade outra vertente, mas que alguns *campi* tinham o privilégio de ter esse
234 profissional e, por isso, o Plano contemplava sugestões de medidas, alterações e
235 proteções para atendimento nesses casos. Disse que a situação era dinâmica e que o
236 Plano não era realmente estático, podendo sofrer melhorias, adaptações e inserções
237 de novas situações. Milene se manifestou mais uma vez esclarecendo as dúvidas dos
238 conselheiros Cleber e Thiago; frisou a fala do professor Luiz de que a Instituição não
239 é uma unidade de saúde, mas que atende enquanto profissional de saúde, por isso,
240 é necessário todo o equipamento de proteção individual – EPI, profissionais
241 adaptados e capacitados. O conselheiro Klaus inicialmente parabenizou toda a
242 equipe que se debruçou sobre o trabalho, afirmou que após análise percebeu que
243 ele está totalmente em consonância com a natureza dos trabalhos que estavam
244 sendo desenvolvidos no país e no mundo. Declarou sua satisfação com os
245 profissionais de gabarito que iniciaram na Instituição e toda comunidade acadêmica
246 com as práticas necessárias para minimizar todos os riscos da tragédia. Parabenizou
247 em especial Milene e Luiz, que estavam presentes. Solicitou alguns esclarecimentos

248 com relação à repercussão da aprovação do documento; questionou se a aprovação
249 refletiria necessariamente na aprovação do ensino presencial ou semipresencial,
250 aquele chamado híbrido. Disse que era importante esclarecer a comunidade, apesar
251 de que, para ele, tinha ficado claro que o documento tratava do período pós-
252 pandemia, mas ainda assim acreditava que o esclarecimento seria válido. Sugeriu
253 que fossem feitas equalizações e ponderações a respeito das pautas a serem
254 encaminhadas ao Conselho Superior, pois estavam recebendo pautas extensas, tanto
255 com relação ao número de pontos de pauta como em relação à profundidade
256 necessária para serem tratados determinados assuntos. Citou como exemplo a
257 reunião passada e sua pauta que tratou da suspensão do calendário, que
258 naturalmente exige maior tempo. Sugeriu pautas menores e agendamento de
259 um número maior de reuniões do Conselho Superior, inclusive por conta da grande
260 dificuldade da Secretaria do Consup em redigir as atas dessas reuniões, na maioria
261 das vezes, reuniões com número extenso de horas, o que torna o documento
262 extremamente difícil de ser elaborado pela secretária. Justificou que, na sua leitura,
263 o encaminhamento repercutiria no quantitativo de tempo dos conselheiros
264 para suas falas, que seria naturalmente impactado. Antonio reforçou a necessidade
265 de se aterem à pauta e ao ponto de pauta em deliberação, o Plano de Contingência,
266 para as demais ações sugeriu acolherem ao final da reunião. Em relação ao Plano de
267 Contingência, Antonio disse que, infelizmente, houve uma grande desvirtuação do
268 seu objetivo em alguns segmentos da comunidade, e disse haver veiculação em
269 alguns locais de que o documento era uma ação da gestão para impor o retorno das
270 aulas presenciais, o que não tem nenhuma conexão com o documento construído e
271 apresentado naquele momento. Afirmou que a deliberação sobre o documento não
272 impunha retorno às atividades presenciais, que o retorno de atividades presenciais
273 em sua integralidade no IFTO sequer era cogitado naquele momento e que ainda
274 não se vislumbrava um período em que isso fosse possível. Ressaltou que o
275 documento se referia à preparação que a Instituição precisava ter para se adequar
276 ao momento do retorno às aulas presenciais e assegurar essas medidas e
277 procedimentos dentro da comunidade. Ademais, disse que, caso houvesse a
278 necessidade de alguma atividade presencial nesse meio-tempo, também
279 seriam orientadas pelo documento construído pelo Comitê de Riscos. O conselheiro
280 Stanio parabenizou a todos que contribuíram com o Plano, disse ser fundamental a
281 Instituição ter esses cuidados e profissionais que se debrucem sobre essa questão
282 assim como a Milene e o Luiz Antônio, que socializaram a questão. Disse que a fala
283 do presidente em relação à questão do Plano não vincular o retorno às aulas
284 presenciais e semipresenciais foi muito importante. Ressaltou que era muito cedo
285 para qualquer tentativa de retorno às atividades presenciais devido aos altíssimos
286 índices e à subnotificação também muito grande, sendo todos os
287 cuidados necessários principalmente na região do Tocantins em que, infelizmente, a
288 situação é muito difícil devido ao baixo nível de testagem. Disse entender
289 a ansiedade das aulas práticas, mas frisou que não era momento para retorno. A
290 conselheira Érika também parabenizou o grupo pela elaboração do Plano, disse
291 que a Instituição estava cumprindo seu papel no momento, já que não tínhamos
292 uma coordenação-geral do Governo Federal e do Ministério da Educação nesse
293 sentido, e disse também que qualquer plano de contingência naturalmente é
294 prévio ao acontecimento justamente para preparar a Instituição, e que
295 era importante reforçar isso, além de que o Plano deveria ser realmente dinâmico e
296 flexível levando em consideração as realidades locais, mas que era preciso também
297 ter um plano central para nortear as decisões e a tomada de decisão de cada diretor.
298 Citou a notícia (para mostrar como o Plano realmente precisa ser dinâmico) de que a
299 OMS havia detectado uma síndrome sistêmica em crianças e jovens de 0 a 19 anos

que tiveram Covid-19, uma síndrome que só aqui no Brasil já tinha levado a óbito seis crianças, três destas no Rio de Janeiro. Ressaltou que a doença é muito nova e que há várias tentativas, inclusive da medicina veterinária, que faz parte desse contexto de ciência, tentando descobrir caminhos para prevenção e cura da Covid-19, mas ainda diante de muitas dúvidas e incógnitas que demandam muito cuidado, especialmente com a população jovem que o Instituto recebe nos seus diversos *campi* no estado. Parabenizou novamente a Instituição por ter assumido o papel de entregar à comunidade um plano que pense previamente o que deve ser feito no momento em que for decidido a volta às aulas. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto quatro**, a saber: deliberação acerca da execução das atividades acadêmicas do semestre letivo 2020/2 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. A pró-reitora de Assuntos Estudantis, Marilene Sepulveda, apresentou as ações vinculadas ao estado de pandemia, realizadas com comando da PROAE, mas em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a Diretoria de Comunicação – DICOM, os *campi*, diferentes setores de outras pró-reitorias e entidades estudantis. Declarou que o objetivo das ações era alcançar a eficiência e a qualidade exigidas ainda que em tempos de pandemia, momento muito difícil que exigia de cada um reinvenção o tempo todo, momento de dar as mãos ainda que de forma virtual. Marilene frisou que, embora a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE trabalhasse com muitas outras frentes, sua apresentação se daria apenas pelas ações relacionadas ao estado de pandemia. Discorreu sobre as atividades como a continuidade do pagamento do benefício da assistência estudantil, fornecimento do auxílio digital, doação e empréstimos de *smartphones* e computadores, aumento do auxílio-alimentação e continuidade do programa de educação alimentar, o Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com distribuição diária de alimentos aos estudantes da educação básica em todas as unidades, entrega de kits quinzenais, publicação do Manual de gestão e execução do PNAE para atender a demanda de chamadas e distribuição dos alimentos, entre outras. Informou também sobre a execução da ação com os psicólogos da Instituição que resultou no atendimento de cento e quarenta estudantes virtualmente, com o objetivo de auxiliar a comunidade estudantil, servidores e comunidade externa, ajudando ao máximo as pessoas impactadas pela pandemia, afetadas com o isolamento e prejudicadas pelo afloramento de várias questões em relação à saúde mental. Informou a elaboração do cartão de informação sobre adaptações de atendimento aos estudantes com deficiência, entre outras ações desenvolvidas. A pró-reitora de Ensino, Nayara Pajeú, apresentou as atividades de ensino desenvolvidas no período de pandemia através de uma linha do tempo dos principais acontecimentos e principais tomadas de decisão institucionais desde março de 2020, entre elas a suspensão das atividades no dia 23 de março, a retomada das atividades acadêmicas no formato do ensino remoto, as ações e a execução de capacitações previstas pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, assim como a ressignificação e o replanejamento dos trabalhos. Citou as *lives* temáticas e realizadas com o apoio dos servidores, a primeira pesquisa a respeito da avaliação das atividades de ensino na Instituição realizada em maio, a suspensão dos calendários em todas as unidades, a execução da Formação Incompany, as férias docentes e as atividades de formação continuada, as atividades de planejamento para o retorno do ensino remoto e a finalização do primeiro semestre de 2020. Mencionou a grande importância das devolutivas positivas nas pesquisas de avaliação. Citou a publicação do edital de monitoria com duzentas e cinquenta vagas de monitores, gerido pela Pró-Reitoria de Ensino, disse que todas as informações a respeito dos relatórios parciais estavam disponíveis no

352 processo encaminhado previamente aos conselheiros para análise, os Planos
353 Emergenciais de Permanência e Êxito – PEPEs, entre várias outras ações
354 desenvolvidas, como as reuniões sistemáticas entre os setores de ensino. Ao final, a
355 pró-reitora pediu retorno dos representantes docentes do Conselho a respeito do
356 curso de capacitação, um *feedback* com o intuito de melhorar o engajamento e
357 customizar melhor as próximas ações. Antonio complementou as falas das pró-
358 reitoras informando que a Instituição estava buscando contato com os estudantes
359 que não acessaram as plataformas virtuais até aquele momento, que todas as
360 unidades estavam envolvidas no processo para identificar quais motivos levaram a
361 esse não acesso apresentado pela pró-reitora de Assuntos Estudantis. Informou que
362 o volume de equipamentos disponível na Instituição era suficiente para ceder aos
363 estudantes que não acessaram as plataformas por falta de equipamento. Ressaltou
364 que poucos estudantes atualizaram o cadastro no Siga, e que os números de
365 celulares e endereços desatualizados estavam dificultando o contato com os
366 estudantes. O Conselheiro Jonierson deu seu *feedback* sobre o curso de capacitação
367 mencionado por Nayara, disse que achou o curso bastante interessante, que
368 deu para aprender algumas ferramentas e adotar novos procedimentos. Disse que
369 havia percebido que muitos professores também estavam adotando a metodologia e
370 que muito do conteúdo apresentado no curso estava sendo colocado em prática por
371 muitos professores. A conselheira Mírian parabenizou as pró-reitorias pelos
372 trabalhos desenvolvidos, ressaltou a importância das ações internas realizadas pelos
373 *campi* devido às suas particularidades, e também deu seu *feedback* sobre o curso de
374 capacitação afirmando que o curso fora excelente. O conselheiro Stânio também deu
375 seu *feedback* quanto ao curso que, para ele, foi de suma importância, ampliando o
376 conhecimento das ferramentas virtuais, disse que estava buscando interagir com os
377 estudantes e as novas metodologias experimentadas. Em razão do momento
378 positivo, citou a importância da suspensão do calendário e de uma reflexão sobre a
379 questão da aplicação das modalidades de ensino virtuais. Reconheceu também a
380 importância dos trabalhos desenvolvidos pela PROAE e pela PROEN, que
381 contribuíram para o melhor da Instituição, e disse que as divergências existem e
382 existirão, mas que são importantes para o processo democrático e de
383 fortalecimento da Instituição, pois aperfeiçoa melhor o processo. Fez um
384 levantamento em relação à questão do atendimento aos estudantes no aspecto do
385 acesso às informações dos contratos com as empresas de Internet para o melhor
386 acesso desses estudantes à comunicação, haja vista que o processo de auxílio
387 emergencial no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais) estava tendo algumas complicações,
388 já levantadas anteriormente nas análises do Conselho, solicitando orçamento de
389 algumas empresas que dessem melhor suporte técnico de comunicação aos
390 estudante. Antonio esclareceu que havia um processo de contratação de serviço de
391 Internet pela Instituição, mas que, em função de uma ação similar do Governo
392 Federal, que abrangeria todas as instituições de ensino do país, ter prioridade, o
393 processo interno seria suspenso. Informou que o processo do Governo já havia sido
394 concluído, mas que a empresa contemplada que forneceria o serviço a menor custo
395 teve dificuldade em atender toda a demanda e, por isso, a segunda colocada
396 estava apresentando sua capacidade técnica operacional. Em virtude dessa questão
397 burocrática, desse trâmite de contratação, Antonio informou que houve a
398 prorrogação do benefício da inclusão digital, para que os estudantes continuassem
399 recebendo o auxílio, mesmo que o cenário não fosse ideal, mas para garantir o
400 atendimento até que fosse finalizada a contratação institucional. O presidente do
401 DCE, Caio, pediu ao Conselho, em nome dos estudantes, que a votação sobre o
402 calendário acadêmico fosse adiada para uma próxima reunião extraordinária do
403 Conselho, ainda no mês de agosto, antes de finalizar o semestre. Antonio esclareceu

404 a Caio que apesar do direito à fala, ele não tinha direito à proposição de ponto da
405 pauta para votação. Sugeriu que ele solicitasse a um dos representantes discentes
406 que apresentasse a proposição. O conselheiro Cristiano parabenizou o trabalho da
407 Reitoria, da PROAE e da PROEN, e fez uma retrospectiva em ordem cronológica
408 desde o turbilhão da pandemia, começando pela mudança para a modalidade do
409 ensino a distância ao entendimento da paralisação necessária das atividades para
410 capacitação dos professores, realizada com excelência. Disse que o IFTO saiu à frente
411 de muitas instituições públicas do país, na vanguarda quanto às adequações e ao
412 serviço prestado, parabenizando toda a comunidade do IFTO por ser referência. O
413 conselheiro Jefferson, representante dos discentes, lembrou que a suspensão do
414 calendário acadêmico da última reunião do Conselho tinha o objetivo de aumentar
415 o acesso dos alunos às plataformas e melhorar o nível de qualidade da educação
416 ofertada, reduzindo as desigualdades assim como a oferta de uma educação
417 precária. No entanto, para Jefferson, não foi o que as Pró-Reitorias de Assuntos
418 Estudantis e de Ensino apresentaram, gerando na comunidade acadêmica o
419 questionamento se os ajustes necessários não foram feitos. O presidente se
420 manifestou afirmando que era importante a comunidade observar que as
421 informações não surgem do dia para noite. Destacou a implementação da
422 ferramenta no Siga-Edu, a necessidade da mobilização de todos os professores
423 fazendo preenchimento das informações no sistema para conseguir chegar à
424 informação de quais são os estudantes que eventualmente não acessaram e
425 tiveram dificuldade, necessitando de maior suporte institucional. Lembrou ao
426 conselheiro que esse trabalho não estava se iniciando naquela época, pelo contrário,
427 já vinha sendo desenvolvido através de contato com os estudantes desde o final de
428 Junho, início do mês de julho, para obter as informações. Destacou que a grande
429 dificuldade era realmente porque muitas das informações dos estudantes estavam
430 desatualizadas no Siga, o que desdobrou outra ação institucional que foi a
431 solicitação e a campanha de atualização dessas informações para que se
432 encontrassem caminhos de contato com esses estudantes, mas que o trabalho
433 estava sendo desenvolvido e estava evidente nos relatórios apresentados. No
434 entanto, a comunidade imaginar que do dia para noite, em um curto espaço tempo,
435 a Instituição teria condições de fazer chegar um computador na casa de cada
436 estudante era irreal, sendo necessário primeiro saber o que estava acontecendo,
437 identificando a verdadeira motivação do não acesso (falta de equipamento, falta de
438 conexão) e, baseado nesse motivo, fazer o processo. Deixou claro que a Instituição
439 tinha infraestrutura suficiente para atender a todos que não estavam acessando,
440 motivo pelo qual o IFTO não estava adquirindo equipamentos para ceder aos
441 estudantes, pois tinha condição de apoiar com os equipamentos existentes na
442 Instituição, e frisou que o grande trabalho naquele momento era o contato
443 individualizado com cada um dos estudantes. Ressaltou a importância do apoio e
444 auxílio das entidades estudantis nesse contato com os estudantes, e mais uma vez
445 afirmou que a Instituição tinha condições de apoiar a todos. O conselheiro
446 Flávio reforçou o trabalho realizado pela Pró-Reitoria de Ensino conjuntamente com
447 todos os *campi* no período da suspensão. Declarou que o curso de capacitação
448 realmente foi muito produtivo, apresentando várias ferramentas aos docentes,
449 melhorando a atuação nas ações pedagógicas. Disse que isso foi muito importante
450 porque não foi limitado no sentido de ter uma única ferramenta, mas o significado
451 da atuação e a diferença que aquilo poderia fazer no planejamento.
452 Parabenizou as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e de Ensino
453 pelo trabalho enorme durante todo o período, e reforçou o empenho de todos os
454 servidores e docentes na tentativa de modificar a atuação, e pela preocupação de
455 atendimento dos estudantes. Disse que o IFTO estava saindo na frente de todas as

456 instituições com um ganho de *expertise* muito grande. O conselheiro Cleiber,
457 conforme salientado pelo Caio, presidente do DCE, propôs a adiamento do ponto
458 pauta da reunião para uma próxima reunião extraordinária no fim do mês, com base
459 na participação dos presidentes dos centros acadêmicos que fazem parte do DCE e
460 considerando também a profundidade da situação em relação ao calendário
461 acadêmico e discussões que deveriam ser feitas, embora percebessem o esforço da
462 Instituição em relação às tratativas, inclusive quanto ao atendimento das solicitações
463 (capacitação dos professores), embora também tenha sido evidenciada a
464 necessidade por parte dos estudantes de uma discussão mais profunda a respeito
465 do segundo semestre 2020, tendo em vista que parte dos alunos não
466 estava sentindo expressiva diferença dos professores, mas não generalizando, com
467 relação à capacitação que foi promovida, tendo em vista, inclusive, os relatórios,
468 com base no que se tinha de informação até aquele momento, de que ainda não
469 havia uma formação de fato que levasse a um caminho de continuidade do próximo
470 semestre. A conselheira Nayara fez um esclarecimento a respeito da apresentação
471 da Pró-Reitoria de Ensino, ressaltando que todas as ações apresentadas já tinham
472 sido realizadas, inclusive os relatórios já eram de conhecimento dos gestores de
473 ensino local, e que os contatos e as providências já estavam sendo feitas. A
474 conselheira Mírian esclareceu para o conselheiro Jefferson que as ações de contato
475 individual com os estudantes estavam sendo feitas desde o momento em que
476 o ensino remoto havia sido estabelecido em março, inclusive por WhatsApp. Disse
477 que o adiamento do ponto de pauta não era interessante para ninguém (estudantes
478 e gestão) uma vez que era necessário se organizar e quanto mais as ações fossem
479 adiadas seria pior, pois o replanejamento, o adiamento e a suspensão não seriam
480 bons, principalmente para os estudantes. Ressaltou o esforço da gestão (geral), toda
481 a equipe de ensino, coordenadores, pessoal da assistência estudantil e dos setores
482 técnico-pedagógicos. Caio se manifestou novamente a favor da suspensão do ponto
483 de pauta, alegou que os dados descritos nos relatórios ainda não tinham sido
484 apresentados para a comunidade de forma didática naquela data, disse que "a
485 pressa é inimiga da perfeição". Jefferson disse que em sua fala anterior não
486 desconsiderou o momento vivenciado nem todo o trabalho realizado, que entendia
487 o momento de anomia e a despreparação diante da situação, no entanto, o preço
488 ficaria muito caro. Disse que sua fala não estava desatrelada do momento e que
489 conseguia compreender perfeitamente as dificuldades e reconhecer o trabalho
490 belíssimo que vinha sendo desempenhado pela gestão do IFTO com o intuito de
491 manter o padrão da educação. No entanto, para ele, por vezes não estava sendo
492 eficaz, já que o trabalho de contato com os estudantes deveria ter sido anterior,
493 pois, com o retorno das atividades em agosto, o problema permaneceria. Seguiu
494 com a proposição do conselheiro Cleiber sobre o adiamento da pauta pelo fato de
495 que os documentos apresentados pela Pró-Reitoria na data da reunião, com dados
496 importantes para análise dos conselheiros, foi enviado com menos de vinte e
497 quatro horas da reunião, ou seja, não houve tempo hábil para que os conselheiros
498 pudessem analisar os documentos, que são de suma importância para a discussão
499 dessa pauta, pois diz respeito ao acesso dos estudantes e dos professores às
500 plataformas. Solicitou aos demais conselheiros que adiassem a pauta para uma
501 reunião extraordinária em que tivessem tempo hábil para analisar esses dados e
502 melhor formular o voto. O conselheiro Josevan parabenizou as responsáveis pelo
503 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, projeto que pôde participar e
504 vivenciar na prática com os estudantes de todos os *campi*. Disse que no período de
505 pandemia houve diversas formações, tendo sido possível conhecer diversos
506 aspectos do Programa e a importância dele para a Instituição e para os estudantes
507 beneficiados no Programa. Ressaltou que a questão da merenda não é só um

508 programa que fornece o alimento para os estudantes, mas que também trabalha o
509 problema da questão nutricional, e que foi uma forma de conhecer o universo da
510 nutrição básica e entender como se alimentar e até mesmo
511 sobre a produção consciente de alimentos. Ressaltou a importância do projeto e sua
512 continuidade em virtude da realidade de diversos estudantes que não tinham
513 condições de uma alimentação adequada. O conselheiro Pietro iniciou sua fala do
514 ponto destacado pelos representantes discentes com a propositura de adiamento da
515 votação sobre o calendário letivo 2020/2 e destacou, assim como a conselheira
516 Míriam do *Campus* Avançado Pedro Afonso, que o *Campus* Dianópolis também
517 estava buscando contato frequente com os alunos, identificando nominalmente
518 todos aqueles que acessavam e os que não acessavam as plataformas de ensino-
519 aprendizagem, e desenvolvendo ações que possibilitassem o atendimento a todos, e
520 que, com essa proximidade, foi possível identificar os alunos realmente com
521 dificuldade de acesso, mas também aqueles alunos que não querem fazer as aulas
522 no modo remoto. Parabenizou as ações das Pró-Reitorias de Ensino e de Assistência
523 Estudantil que estavam buscando por todos os meios atender as demandas da
524 comunidade do IFTO. Em uma análise muito particular, Pietro disse que foi
525 desenvolvida e realizada a capacitação para os servidores do IFTO com grande
526 empenho e articulação da gestão e de todos servidores de execução do processo,
527 garantindo a qualificação proposta inicialmente pela suspensão do calendário, e um
528 adiamento da decisão naquele momento sobre o calendário afirmaria que a
529 capacitação não valeu nada e que os servidores que foram capacitados não
530 aprenderam e não adquiriram o conhecimento suficiente para dar continuidade às
531 atividades. O adiamento seria um atraso da votação, prejudicial aos alunos e à
532 instituição e, apesar do momento, não poderia-se parar no tempo. O conselheiro
533 Roney, terceiro suplente dos representantes dos discentes, posicionou-se contra o
534 adiamento do ponto de pauta pelos prejuízos aos estudantes, concordando com o
535 conselheiros Pietro e Mírian e em acordo também com a maioria dos estudantes
536 que eram a favor da continuidade das atividades remotas no segundo
537 semestre letivo. Luis Felipe também se posicionou contra a suspensão do ponto de
538 pauta alegando que tal decisão causaria ainda mais apreensão à comunidade;
539 considerou também a logística e o planejamento dos *campi*, visto que o trabalho
540 com a identificação dos alunos com dificuldades e suas necessidades já estava
541 ocorrendo. Questionou como a Instituição iria proceder quanto ao processo de
542 obtenção da internet por parte do governo federal se não houvesse o
543 posicionamento sobre a continuidade das atividades no semestre 2020/2. Para
544 Luiz, o adiamento causaria insegurança administrativa com todo um trabalho em
545 vão, sendo assim, não seria proveitoso nem para o Conselho nem para a
546 comunidade, que já estava apreensiva. Informou que, de acordo com pesquisas
547 realizadas pelo grêmio estudantil de Araguaína, oitenta por cento dos alunos
548 concordavam com a continuidade do calendário acadêmico 2020/2. O conselheiro
549 Thiago fez suas as palavras dos conselheiros que defenderam a votação na
550 data; justificou que o ponto de pauta havia sido divulgado há mais de uma semana,
551 e que esse tempo fora suficiente para consulta mínima com os representados de
552 cada classe, como havia sido feito em Araguatins e em outros *campi* para saber o
553 posicionamento dos colegas e o posicionamento das classes representadas.
554 Disse que uma semana talvez não fosse suficiente para consultar todos os alunos,
555 mas pelo menos o mínimo, através de redes sociais, de consulta às bases era
556 possível, não sendo justificável a consulta aos estudantes. Disse que o adiamento
557 para agosto não mudaria a opinião dos estudantes quanto à suspensão do
558 calendário, e que a votação deveria acontecer considerando o planejamento, os
559 alunos que estavam frequentando as plataformas e os professores que estavam

atuando nas plataformas de forma cotidiana e eficiente, e que o adiamento seria perda de tempo precioso para a execução das atividades. Votou a favor da votação do ponto de pauta naquela data com a justificativa que as consultas às bases já poderiam ter sido feitas e estavam sendo feitas há uma semana, quando saiu a pauta da reunião. O conselheiro Miquéias também não concordou com o adiamento da votação. O conselheiro Bruno, na qualidade de presidente do Centro Acadêmico, informou que no dia anterior havia participado da reunião do Conselho da entidade em que votou contra a suspensão do ponto de pauta, pois já havia tido um período de recesso, férias e suspensão do calendário no mês de junho. A suspensão da pauta não mudaria em nada as realidades de acesso em um curto espaço de tempo. Em relação à realidade do *Campus* Dianópolis, após análise dos relatórios sobre as tentativas de acesso ao sistema remoto, informou que mais de noventa por cento dos alunos estavam acessando as plataformas, e lembrou a importância do respeito às peculiaridades de cada *campus*. Encerrou se posicionando a favor da continuidade do ponto de pauta, a favor do desenvolvimento dos trabalhos. O conselheiro Klaus alegou que a limitação de tempo tornou o debate um pouco amarrado, e que a possibilidade de reinscrição dava a possibilidade mínima de fala. Questionou a variação das ações apresentadas pela pró-reitorias no contexto da suspensão do calendário. Parabenizou as Pró-Reitorias de Ensino e de Assistência Estudantil com relação às ações que foram feitas, e reconheceu que a equipe técnica do IFTO buscou a todo custo se empenhar ao máximo para a resolução dos problemas apontados na última reunião do Conselho Superior, que suspendeu o calendário. Quanto ao *feedback* solicitado, informou que fez a capacitação graças ao fato de que ela foi disponibilizada para o acesso posterior, o que foi fundamental. Reconheceu que ele não conhecia muitas ferramentas apresentadas, o que acrescentou muito na sua capacidade de interação pedagógica com os estudantes. Discursou sobre alguns pontos de constrangimento normais diante da situação extremamente peculiar. Justificou que na reunião anterior, em que o calendário fora suspenso, os conselheiros a favor da suspensão não se posicionaram contra o ensino remoto, pelo contrário, pois reconheciam que era a ferramenta que possuíam, mas estavam seguindo duas premissas: a inclusividade e a minimização da precarização inerentes aos processo. De acordo com os relatórios apresentados pela Proen no dia anterior, de forma tardia, Klaus alegou que grande parte dos estudantes estavam sendo excluídos do processo, lembrou alguns índices de acesso, como o do *Campus* Palmas, de dezoito vírgula um por cento, e o geral consolidado, em torno de treze por cento dos estudantes. Apesar das ações da Instituição para tentar corrigir o problema, como a distribuição dos computadores, afirmou que a suspensão do calendário foi salutar e que foi, por um tempo, aparentemente não suficiente para a regularização de todo o processo, mas mostra que a tomada de decisão do Consup na reunião anterior foi acertada, e que era necessário pensar no saneamento dessas deficiências para a conclusão dessas ações. Solicitou apresentação, pela equipe técnica da Proen, dos prazos da distribuição dos computadores e internet para melhor entendimento de todos. O presidente informou que o prazo era o tempo de identificação pontual de cada um dos estudantes; logo, cada um sendo identificado, seria atendido de imediato. Não havendo mais pedido de fala, o presidente colocou em votação a proposição apresentada pelo conselheiro Cleiber, a saber: suspensão do ponto de pauta. Jefferson solicitou uma questão de ordem. Cristiano informou que não havia questão de ordem no Regulamento do Conselho. Cleiber alegou que, de acordo com o art. 8 do Regulamento Interno do Conselho Superior, os documentos a serem apreciados na reunião deveriam ser enviados com, no mínimo, dez dias de antecedência. Pietro disse que essa informação não inviabilizava a votação da

propositura de Cleiber. Antonio explicou que o documento apreciado não era o relatório encaminhado, que o objeto do ponto de pauta era a oferta ou não do ensino remoto ou a suspensão do calendário no segundo semestre; frisou que o relatório fora encaminhado para substanciar a análise dos conselheiros, mas não era o documento que estava sendo apreciado no momento. Prosseguiu-se com a deliberação da propositura, com treze votos contrários, quatro favoráveis e três abstenções. Manteve-se, portanto, o ponto de pauta. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por treze votos favoráveis e seis abstenções. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto cinco**, a saber: deliberação acerca da proposta de alteração da Instrução Normativa nº 1/2020/REI/IFTO, de 14 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a jornada de trabalho e a política de uso do sistema eletrônico de frequência dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com vistas a incluir o art. 41 - A, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.012667/2020-59. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto seis**, a saber: deliberação acerca da reformulação da Política de Assistência Estudantil (POLAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.032657/2018-15. A pró-reitora de Assuntos Estudantis, Marilene Sepulveda, falou sobre o trabalho extenso da reformulação da Política Estudantil pela Comissão, presidida pela assistente social da PROAE, Sônia, que se encontrava presente na reunião, assim como parte da Comissão, disponível para sanar as dúvidas dos conselheiros. Marilene disse que a Política pretendia nortear os passos da assistência estudantil tão logo fosse aprovada pelo conselho. Klaus lamentou a política de censura do Conselho, ressaltou que o documento apreciado tinha passado por total reformulação, era robusto e muito interessante, por isso, de pronto, parabenizou toda a equipe técnica responsável pela sua elaboração, que tratava de toda a reformulação da política de assistência estudantil do IFTO, um grande pilar da Instituição. Frisou a grandeza do documento constituído por cento e trinta artigos, e a inviabilidade de fazer qualquer consideração a respeito do documento que fosse fidedigna à importância do tema. Questionou o tempo máximo, de três minutos, estipulado no início da reunião para argumentação de cada conselheiro por ponto de pauta, inclusive para esse debate fundamental sobre a assistência estudantil. A conselheira Míriam aproveitou a oportunidade e agradeceu a Sônia, presidente da Comissão, e a toda a equipe pelo empenho que tiveram na reformulação da POLAE. Lembrou a apresentação do documento aos diretores no dia anterior e, como representante do Colégio de Dirigentes (CODIR) no Conselho, propôs alguns ajustes. Apresentou a proposta de ajuste, a saber: inclusão no artigo 34 do termo visita técnica; no artigo 42 propôs o uso da palavra preferencialmente entre os eixos Universal e os eixos de serviços essenciais; no artigo 89, com relação aos valores das porcentagens do programa de assistência a viagens, propôs manter os valores usados anteriormente ao regulamento vigente com a inclusão da palavra até, "até 8% do salário mínimo para despesas com pernoite", e assim sucessivamente; e, para o item 3 do artigo 98, retirar a limitação de valores para passagens aéreas. Míriam lembrou que estava expressando a opinião do CODIR. Jefferson questionou o tempo de fala, disse que também havia entendido que seriam de três minutos, mas com direito a várias outras falas, tanto que, por isso, não havia colocado nenhuma objeção quanto à limitação do tempo. Lembrou que no dia anterior, na reunião com a equipe técnica que elaborou a reformulação da Política de Assistência Estudantil, os participantes tiveram quase uma hora para debater, aprofundar e tirar algumas dúvidas sobre o

664 documento. Propôs a reavaliação do tempo de fala, ou aumentá-lo para
665 cinco minutos, ou abrir para mais falas, pois três minutos era inviável para a
666 discussão, além de um período de avaliação para o documento de um ano. Em
667 contraposição à proposta da conselheira Mírian, sugeriu que o documento
668 retornasse à Comissão para análise dos percentuais propostos com fundamento
669 técnico e embasamento em pesquisas para a determinação dos percentuais
670 apresentados. Expôs sua preocupação com a distribuição orçamentária dos recursos
671 por *campus* e a necessidade da questão ter um ponto de vista técnico para justificar
672 os percentuais de distribuição do orçamento. Antonio esclareceu que a
673 Reitoria possuía mais de quinze mil estudantes, afinal, todos os estudantes do IFTO
674 são vinculados à unidade Reitoria, e que o recurso foi integralmente aplicado em
675 ações aos estudantes, que poderiam ser acompanhadas por qualquer conselheiro
676 em caso de dúvidas. Pietro concordou com o proposto pela conselheira
677 Mírian depois da ampla discussão no CODIR. Quanto à extensão do documento,
678 Pietro reconheceu que o documento era realmente extenso, no entanto, lembrou
679 que os conselheiros recebem os documentos antes justamente para que sejam feitas
680 as análises, avaliações e consultas às suas bases e tragam as proposições necessárias
681 para discussões no Conselho, sem necessidade de reavaliações à propositura
682 do documento por diversas vezes. O conselheiro Josuan parabenizou os
683 representantes da Comissão de reformulação da política estudantil; disse que, no
684 mérito, o documento era técnico, embasado na finalidade de que se destinava
685 a desmitificar que a assistência estudantil tendia a ser vista apenas como retorno e
686 ou retribuição pecuniária ao estudante, mas que a reformulação dava uma nova cara
687 para a assistência que, de fato, era o atendimento complexo, atendendo em várias
688 vertentes, atacando várias áreas, não só as de questões econômicas, mas também as
689 sociais e psicológicas, entre outras, dentro do campo da assistência estudantil.
690 Parabenizou o trabalho árduo, afirmou que o documento era bastante robusto, que
691 ele teve a oportunidade de analisá-lo na Procuradoria. Quanto à questão formal ao
692 último artigo, que trata da entrada em vigor, lembrou o Decreto nº 10.139, de 2019,
693 que traz algumas alterações formais para as normas. Citou que o artigo 4º do
694 Decreto definia que os atos normativos, para entrada devem entrar em vigor no
695 primeiro dia útil do mês ou no primeiro dia do mês e teriam que ter no mínimo uma
696 semana da data publicação, com exceção justificada da necessidade de urgência, e
697 que não havia visto essa justificativa administrativa no processo. Solicitou que essa
698 observação fosse considerada. Registrou sua opinião quanto ao tempo de fala
699 dizendo que três minutos eram suficientes para uma argumentação não prolixa e
700 uma reunião objetiva, contudo, para alguns pontos de maior relevância, sugeriu
701 tempo maior, finito e definido, que fosse razoável para a exposição das ideias. A
702 conselheira Érika se manifestou quanto aos três minutos de fala, proposto inclusive
703 por ela. Disse que os três minutos eram suficientes para quando não tivesse
704 realmente o que se debater, evitando que os conselheiros se tornassem prolixos, e
705 para que a reunião fosse objetiva; no entanto, em determinados momentos em que
706 realmente o debate fosse fundamental para subsidiar a votação, que deveria ser
707 aberta uma reinscrição, limitada a apenas uma inscrição, proposta inclusive para as
708 próximas reuniões, justificando que o debate era muito importante,
709 especialmente para os conselheiros que não faziam parte da comunidade interna do
710 IFTO, para entenderem um pouco mais dos processos internos do Instituto
711 e realmente cumprirem o papel de conselheiros votando, pois não queria participar
712 da reunião apenas para abster-se de votar, e que o debate era muito importante
713 para esclarecer muitos pontos e subsidiar o voto. A presidente da Comissão da
714 POLAE, Sônia, agradeceu a oportunidade e salientou a importância do
715 momento para o IFTO, reconheceu que o documento era extenso e necessitava

716 de tempo maior para análise. Quanto às propostas da conselheira Mírian, Sônia
717 explicou que visita técnica entrava no quesito viagem e que não tem uma instrução
718 dentro da assistência no quesito viagem, que todo o procedimento didático-
719 pedagógico era do ensino, e que a assistência só entrava com a questão de viagem.
720 Explicou que qualquer evento que fosse realizado pelos *campi*, área de
721 ensino, pesquisa ou extensão, até mesmo de assuntos estudantis, que
722 tenha deslocamento, entrava no mérito do quesito viagem; por essa razão, a visita
723 técnica fora excluída. Quanto à alteração de valores proposta por Mírian, Sônia
724 explicou que não tinha e nem deveria assumir tal responsabilidade, sugerindo o
725 retorno do documento à Comissão para decisão. Disse que os parâmetros e
726 os limites de concessões estabelecidos não foram aleatórios, mas sim determinados
727 pela equipe que trabalhou à frente do trabalho e faz parte da comissão. Informou
728 que não gostaria de fazer alterações sem que a comissão deliberasse, mesmo
729 concordando com a alteração. Quanto à retirada do teto das passagens aéreas,
730 Sônia disse que não achava a alteração viável, visto que a Comissão entendeu que
731 tinha que ter limite, que o valor tinha sido estipulado com base em um parâmetro
732 de economia, a partir de um princípio de planejamento do recurso público, sendo
733 um entendimento coletivo dentro da assistência. Quanto à proposição do
734 conselheiro Jefferson, Sônia disse que um ano era pouco inclusive para reformular a
735 cultura da gestão e operacionalização dentro da Assistência Estudantil, pois são
736 instâncias, embora já existentes, que não estavam com seus processos
737 organizacionais em dia, precisando de mais de um ano para se organizar melhor.
738 Mas concordou plenamente que a avaliação tinha que ter um prazo, assumindo que
739 foi um lapso da Comissão, que deveriam adotar, mas entre um ano e meio e dois.
740 Falou ainda da minuta do orçamento que havia sido elaborada, no entanto, disse
741 que o IFTO tinha uma cultura consolidada do CODIR para fazer essa distribuição do
742 recurso e que as instâncias da Instituição não estavam preparadas para assumir a
743 responsabilidade de encaminhamento, como havia sido proposto sobre o recurso da
744 Assistência Estudantil. Disse ainda que, quando apresentada a proposta ao reitor em
745 2019, os *campi* questionaram a respeito do montante de um milhão de reais que
746 havia ficado na Reitoria. Explicou que o dinheiro foi instituído para pagamento das
747 concessões dos auxílios para as ações institucionais que foram transferidas para a
748 Reitoria. Disse não concordar, pois se tem unidade de gestão da assistência, ela é
749 que tem que trabalhar para gerir os seus processos, com posicionamento técnico.
750 Quanto à metodologia da distribuição do recurso da assistência estudantil, explicou
751 que ela depende de um sistema de tecnologia de informação, que era simples e
752 automático, e que ao terminar os indicadores e os critérios para a distribuição
753 do recurso, seria aprovado pelo CODIR ou Comitê Estratégico desde que a
754 assistência estivesse presente e participasse também da discussão, e o sistema
755 fará automaticamente a metodologia, gerando mais transparência. Respondeu ao
756 Josuan que de fato havia sido uma recomendação da Procuradoria estabelecer a
757 data para entrada em vigor do documento, no entanto, a Comissão havia falhado
758 por ter verificado a legislação antes de determinar a data. Registrou seu
759 desapontamento na reunião do CODIR do dia anterior, alegando que os gestores
760 fixaram o olhar somente no recurso financeiro mesmo diante de um documento tão
761 grande, que tratava de todo o gerenciamento dos trabalhos técnicos, e não só do
762 recurso; para Sônia, a impressão é que continuarão desassistidos
763 enquanto trabalhadores servidores da assistência estudantil. Disse ter se
764 sentido pressionada no *chat* com relação ao tempo, em que os próprios gestores
765 e chefes imediatos solicitaram que ela fosse objetiva em uma apresentação
766 daquela monta, que deveriam estar interessados no que seria implantado, e que não
767 se referia a mero recurso financeiro, que era um elemento que faz parte de toda

gestão da assistência estudantil junto com os serviços. Disse que sem um serviço especializado, comprometido com os estudantes, não adiantaria distribuir os milhões, pois não alcançaríamos os resultados desejados. Frisou que um dos objetivos da reformulação era desmistificar e reconceituar a concepção de assistência estudantil dentro do IFTO. O conselheiro Cleber sugeriu o valor de até um salário mínimo para os valores das passagens. A pró-reitora Marilene, quanto ao recurso do PNAEs, que fica sob a administração da Reitoria, ou seja, sob a chancela da PROAE, esclareceu à comunidade e aos conselheiros que a PROAE administra atividades de cunho institucional em conjunto com as outras pró-reitorias e que, embora não tivessem estudantes na Reitoria, eram responsáveis por todos os estudantes do IFTO. Informou que o acordo do recurso na Reitoria foi uma determinação, um consenso do CODIR, em que a PROAE administraria e executaria o recurso das atividades de cunho institucional, ou seja, todas aquelas atividades em que estudantes de todas as unidades participam, com o intuito de desafogar os setores administrativos dos *campi*, sendo um esforço de deslocamento ou realocamento empreendido na execução dos eventos voltados para os estudantes. Marilene informou que o recurso da Reitoria nunca foi um problema, não faltando recurso na unidade porque o recurso estava na Reitoria, que não deixaram de atender nenhuma demanda que chegasse por conta do recurso ser da Reitoria, e não da unidade, até porque a gestão não entendia o recurso da Reitoria ou o recurso da unidade x, mas sim recurso do IFTO, e onde estivesse precisando de atendimento ou estudante precisando de atendimento, o dinheiro estaria lá para fazer o atendimento. Disse que era injusto dizer que o recurso ficava na Reitoria e que o estudante lá na unidade deixava de ser atendido porque o recurso estava na Reitoria; afirmou que isso não era verdade. Reconheceu a necessidade de ampliar a visão desse entendimento, que era salutar, algo novo difícil de ser compreendido na sua dimensão total, mas tratava de distribuir melhor os esforços em se tratando da organização e do atendimento dos estudantes. Afirmou que sempre que o evento fosse de cunho institucional e estudantes das várias unidades fossem participar, a PROAE fazia todo o meio de campo de administração para desafogar as unidades que também têm as suas atividades inerentes à execução dos seus recursos, sendo assim um trabalho de parceria e de ajuda mútua para dar celeridade não só aos processos, mas também aos atendimentos de todos os estudantes. O presidente esclareceu o debate em relação ao documento na reunião do Colégio de Dirigentes no dia anterior, em que focou-se na gestão orçamentária do recurso devido a toda a outra estrutura da gestão documental e da gestão da assistência estudantil já terem sido debatidas pela área técnica, que é quem tem mais competência do que os gestores para a definição dessa estrutura. Informou que a gestão acatou integralmente o que foi proposto pela comissão no sentido de respeitar o trabalho da comissão, e não fazer inserções aleatórias no documento; lamentou a decisão não ter sido reconhecida do modo devido. Em relação ao orçamento, assim com sua defesa no dia anterior, o presidente informou que todas as proposições apresentadas pela conselheira Mírian, frutos da discussão no Colégio de Dirigentes, traziam maior autonomia às comissões locais, sendo todas as solicitações para ampliação de percentual, e não para redução, para maior flexibilização na aplicação do orçamento e para que as comissões locais possam deliberar com maior liberdade onde e como o recurso será aplicado, observando situações específicas. Reiterou a importância do documento ser aprovado e entregue à comunidade o mais breve possível. Klaus sugeriu a atribuição de distribuição orçamentária ao Comitê Gestor. Ressaltou que era fundamental aprovar o documento na data como apresentado devido às opiniões que a equipe técnica trazia e era preciso respeitar. Sugeriu que as alterações propostas fossem deliberadas em reunião

820 extraordinária dali a dez dias. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto e
821 sugestões de alterações encaminhadas na reunião (percentuais, reavaliação e data
822 de vigência em 1º de setembro de 2020). Após apresentação,
823 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por vinte votos favoráveis e
824 uma abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto sete**, a saber:
825 deliberação acerca do Calendário Acadêmico do Programa de Mestrado Profissional
826 em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Palmas, do Instituto Federal de
827 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, para o semestre letivo 2020/2,
828 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
829 nº 23236.015845/2018-79. O conselheiro Josuan informou que o Decreto
830 mencionado por ele anteriormente extinguiu todo conselho deliberativo de âmbito
831 administrativo que não tivesse previsto em Estatuto e em Regimento Geral. Sendo
832 assim, para manter a legalidade do Comitê Estratégico, propôs sua inclusão no
833 Estatuto e no Regulamento do IFTO, além de todo e qualquer conselho deliberativo
834 que tivesse importância significativa dentro da estrutura da Instituição, para evitar
835 que as deliberações fossem atacadas posteriormente por vício de
836 ilegalidade. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
837 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto**
838 **oito**, a saber: deliberação acerca do Calendário Acadêmico do Programa de
839 Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Palmas, do
840 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com vistas a que tal
841 calendário seja submetido não mais ao Conselho Superior do IFTO, e sim à Pró-
842 Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), conforme autos do
843 processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
844 nº 23236.015845/2018-79. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
845 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
846 do **ponto nove**, a saber: deliberação acerca da Recomendação 810834: Fazer
847 constar, na atualização da Instrução Normativa nº 01/2014/REITORIA/IFTO, a
848 obrigatoriedade de realização de processo interno simplificado, com base em
849 critérios objetivos enumerados na própria IN, para seleção de servidores
850 interessados em participar de eventos remunerados por GECC, conforme autos do
851 processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
852 nº 23235.032382/2019-09. Luis Felipe questionou o aumento da burocracia por algo
853 que nem mesmo tinha previsão legal. Antonio explicou que a recomendação era da
854 Procuradoria Federal junto ao IFTO, para que houvesse maior garantia da
855 impessoalidade nos processos, no entanto, realmente trazia alguns prejuízos
856 operacionais como o relatado pela diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Queiroz, e
857 por isso a Instituição ainda não havia adotado o modelo. Josuan disse que as
858 colocações do Luis Felipe e do Antonio eram pertinentes e complementares, relatou
859 que havia ficado confuso com o ponto de pauta, visto que ele não trouxe a previsão
860 da normativa de GECC. Informou que havia a recomendação da CGU para que os
861 processos que envolvessem pagamentos de GECC tivessem objetividade na escolha
862 dos servidores que atuassem nos processos, contudo, frisou que não vislumbrou no
863 processo instruído a proposta de inclusão de um artigo na normativa. Antonio
864 concordou com a fala de Josuan e disse que o próximo passo após a deliberação
865 seria a construção dos critérios para a seleção dos servidores. Reiterou que seria
866 uma tarefa extremamente difícil, com risco de prejuízo operacional na gestão
867 institucional. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
868 aprovado por dezesseis votos favoráveis, um contrário e três abstenções. Antonio
869 informou que, para a próxima reunião, seria apresentada uma proposta de artigo
870 para inclusão no Regulamento. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto**
871 **dez**, a saber: deliberação acerca do Relatório Anual de Atividades de Auditoria

872 Interna (RAINT) do exercício de 2019, conforme autos do processo registrado no
873 Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.002917/2020-42. Após
874 apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
875 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto onze**, a saber:
876 deliberação acerca das alterações do projeto pedagógico do curso superior de
877 Tecnologia em Logística, modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Porto
878 Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
879 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
880 nº 23337.013470/2019-55. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
881 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
882 do **ponto doze**, a saber: deliberação acerca da Política de Segurança da
883 Informação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
884 Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de
885 Informações sob o nº 23235.010071/2020-14. Após apresentação,
886 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
887 sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto treze**, a saber: deliberação acerca da
888 Política de Governança de Tecnologia da Informação no âmbito do Instituto Federal
889 de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo
890 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.010059/2020-18. O
891 diretor da Tecnologia de Informação, Kleyton Moreira, informou que os quatro
892 documentos submetidos à apreciação eram para a melhoria da governança de
893 Tecnologia da Informação (TI), como também instrumentos cobrados pelos órgãos
894 de controle e exigidos nos questionários anuais. Informou que o PTI é o documento
895 de Planejamento de Tecnologia da Instituição desde os atos operacionais, de
896 planejamento, as ações de aquisição e os projetos que serão desenvolvidos.
897 Quanto à Política de Segurança da Informação, informou que foram traçadas as
898 diretrizes vinculadas à área de segurança da informação e que,
899 posteriormente, submeteriam ao Comitê Gestor, que é um órgão colegiado com
900 membros das pró-reitorias às áreas finalísticas, e também de três unidades, *Campus*
901 Paraíso do Tocantins, *Campus* Palmas e *Campus* Araguatins, que representam o
902 colegiado ao qual as ações de TI são submetidas para votação e apreciação do
903 comitê de uma forma estratégica; na ordem operacional, informou que as
904 discussões são feitas com as equipes de TI de cada unidade. Informou que
905 o documento de governança de TI trazia as tratativas da área de governança em
906 si; ações provocadas pelo PTI definiam os critérios para elaboração de projetos,
907 tanto táticos como operacionais, ou de documento que norteie as ações da
908 Diretoria. Quanto ao documento de planejamento estratégico de TI, informou que
909 se tratava de um documento mais de gestão semelhante ao Plano de
910 Desenvolvimento Institucional e trazia para área de TI as ações previstas
911 pela instituição para atender seus objetivos estratégicos vinculados à Estratégia
912 Geral Digital, que é um documento norteador do governo federal com as diretrizes
913 para trabalhar com a área de gestão e governança de tecnologia da informação.
914 Josuan parabenizou a equipe de tecnologia da informação pela gestão do apanhado
915 de normativos apresentados. Solicitou que os comitês estratégicos previstos em
916 normativas espaçadas fossem incluídos no Estatutos e Regulamento para que
917 tivessem conformidade legal. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
918 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação
919 do **ponto quatorze**, a saber: deliberação acerca do Planejamento Estratégico
920 de Tecnologia da Informação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e
921 Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema
922 Eletrônico de Informações sob o nº 23235.010058/2020-65. Após apresentação,
923 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na

924 sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto quinze**, a saber: deliberação acerca
925 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação no âmbito do Instituto Federal de
926 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado
927 no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.001320/2020-81. Após
928 apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
929 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto dezesseis**, a saber:
930 deliberação acerca da deflagração do processo eleitoral do *Campus* Colinas do
931 Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Após
932 apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
933 unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu a presença
934 de todos e encerrou a reunião, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do
935 Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada
936 por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros deste Conselho que
937 compareceram à reunião.



939 Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento,**
940 **Conselheira**, em 06/04/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília,
941 com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)
942 [2015](#).



944 Documento assinado eletronicamente por **Clerson Dalvani Reis, Conselheiro**,
945 em 06/04/2021, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com
946 fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



948 Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Barbosa da Costa,**
949 **Conselheiro**, em 06/04/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília,
950 com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)
951 [2015](#).



953 Documento assinado eletronicamente por **Jonierson de Araujo da Cruz,**
954 **Conselheiro**, em 06/04/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília,
955 com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)
956 [2015](#).



958 Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa,**
959 **Secretária**, em 06/04/2021, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com
960 fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



962 Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Feitoza Amaral,**
963 **Conselheiro**, em 06/04/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília,
com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)
[2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Loiola Araujo e Silva,**
Conselheiro, em 07/04/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília,
com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)
[2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Caetano Cardoso, Conselheira**, em
07/04/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no
art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Ramos Vieira, Conselheiro**, em 07/04/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miquéias Alves da Rocha César, Conselheiro**, em 07/04/2021, às 22:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro**, em 08/04/2021, às 22:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stanio de Sousa Vieira, Conselheiro**, em 09/04/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josevan Barbosa de Souza, Conselheiro**, em 09/04/2021, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 13/04/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 13/04/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Soares de Sousa, Conselheiro**, em 13/04/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Rebeca Pereira Oliveira, Conselheira**, em 13/04/2021, às 23:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 14/04/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Benemara Pereira da Silva Peluzio, Conselheira**, em 15/04/2021, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Conselheiro**, em 16/04/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Cruz Leite, Conselheiro**, em 19/04/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Boanergis Alves Ferreira Filho, Conselheiro**, em 19/04/2021, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEIBER OLIVEIRA PEREIRA, Conselheiro**, em 20/04/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Klaus Rene Trein, Conselheiro**, em 26/04/2021, às 22:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 10/05/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1140480** e o código CRC **96437EA5**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.012324/2020-94

SEI nº 1140480